



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente, eminentes Pares, peço vênias para suscitar questão de ordem, imprescindível ao bom andamento dos feitos em trâmite perante este colegiado e à segurança jurídica das decisões aqui tomadas.

Recentemente, ou mais precisamente, na sessão jurisdicional próxima pretérita, o em. **Desembargador Marcelo Carvalho Silva** questionou, mais uma vez, a competência do Pleno desta eg. Corte para o julgamento de Ação referente à suposta ilegalidade de greve deflagrada em âmbito exclusivamente municipal, quando apregoadada a Ação Declaratória de Nulidade de Greve de relatoria do em. **Desembargador Raimundo Barros**, ocasião em que, por precaução, deixei de submeter a julgamento feito análogo, por entender imprescindível a definição, por esta eg. Corte, da competência para o processo e julgamento de tais lides.

De fato, há pouco – ainda durante este ano de 2012, lancei à pauta a Ação Civil Pública nº **015272/2010**, proposta pelo **Município de São Luís**, em face do **SIGMEMA – Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Maranhão**, e **SINDTRANSITO – Sindicato dos Agentes de Trânsito**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de São Luís, para cujo julgamento acabei dando-me por suspeito, em razão de questionamento idêntico, registrado não obstante a submissão, já, de demandas afins ao mesmo Órgão julgador. Por isso esta minha irresignação, este meu questionamento, agora.

Explico.

Não obstante a manifestação referida, formulada pelo em. **Desembargador Marcelo Carvalho Silva**, aquela Ação Civil Pública quedou de fato julgada perante este Tribunal Pleno, sob a relatoria do em. **Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf**, em Acórdão lavrado pelo em. **Desembargador Stélio Muniz**, que ora trago anexo a esta, em 11 de abril do ano corrente, sem maiores questionamentos acerca da precitada competência.

De outra feita, já em 26 de setembro do mesmo ano, e já sob a relatoria do em. **Desembargador José Luiz de Almeida**, decidiu-se pela incompetência do Pleno para o processo e julgamento de Ação Civil Pública proposta pelo **Município de Coelho Neto**, também para fins de verificação da eventual ilegalidade de movimento grevista igualmente verificado a nível municipal, tudo ao argumento de que *“embora a greve de âmbito municipal deva ser processada perante o juízo de direito da respectiva comarca, prevalece a prevenção do órgão fracionário que já processa ação anteriormente proposta com a mesma causa de pedir e*

Gabinete do Desembargador

José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos

Palácio Clóvis Beviláqua – Praça D. Pedro II, nº. 167 – Centro / Cep: 65.010-905

E-mail: jfigueiredo@tj.ma.gov.br Fone – 098 2106 9400 / Fax – 2106-9403



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

mesmo objeto, afastando, assim, a competência do Pleno para julgar a causa". Quedou acolhida, assim, preliminar **"para reconhecer a prevenção das Câmaras Cíveis Reunidas"** para o julgamento da espécie (ACP nº 015366/2011, Acórdão em anexo).

Em sentido diametralmente oposto, e ainda mais recentemente, observe-se, em 10 de outubro de 2012, este Pleno julgou procedente a **Ação Declaratória de Nulidade de Greve nº 007486/2012**, Relatada pelo em. **Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto**, proposta pelo **Município de Monção**, em detrimento do **Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Monção – SINSEPM**.

Por isso, certo que propostas, todas as demandas acima referenciadas, por Municípios únicos, não havendo neles falar em microrregiões a informar a competência para o processo e julgamento respectivo, tem-se por instaurada a controvérsia, na medida em que inarredável a constatação de que a prevalência de entendimentos antagônicos sobre um mesmo tema fomenta a instabilidade jurídica, privilegiando a desarmonia da interpretação de teses jurídicas pelo Tribunal, comprometendo, assim, a própria unidade do Direito.

Assim, na qualidade de membro desta eg. Corte, e mais, de Relator de feito cujo destino encontra-se atrelado à definição ora requestada, qual seja,



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a **Ação Declaratória de Nulidade de Greve** nº **018699/2012**, promovida pelo **Município de São José dos Basílios**, em face do **SINTESPEM – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Intermunicipal**, e à falta, até aqui, de provimento definitivo sobre a **QUAESTIO** é que submeto esta ao colegiado, solicitando que sobre ela se manifeste a Corte, com a inserção, após a movimentação necessária, do quanto decidido no Regimento Interno desta Casa.

É o que me cumpria requerer.

São Luís, 05 de dezembro de 2012


José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos
Desembargador